

Para ele, a resposta é simples: o capitalismo é um sistema político que se organiza para atender aos interesses de alguns poucos proprietários e não da maioria esmagadora da população. “Os recursos naturais existentes em cada país, a riqueza social produzida pelo trabalho humano de bilhões de pessoas, nada disso é canalizado para atender as necessidades básicas das pessoas, assegurar vida digna para todos. Tudo é canalizado para aumentar o lucro e o capital dos banqueiros, grandes empresários da cidade e do campo, ou seja, para os capitalistas”, disse.

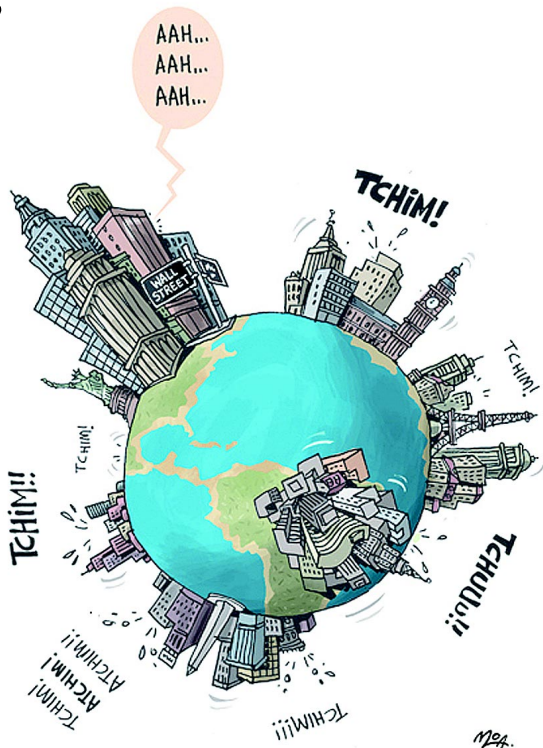
“Essa movimentação dos governos prova que os capitalistas só defendem o Estado mínimo para os trabalhadores, pois para eles o Estado é máximo”, ironizou Claudionor Brandão, diretor do Sintusp presente no Congresso. “Os governos usam dinheiro público para comprar os títulos podres, ou seja, estatizam as dívidas e jogam os prejuízos para a mesa dos trabalhadores”, frisou.

### As conseqüências

Somente no mês de novembro, estima-se que cerca de 250 mil trabalhadores norte-americanos tenham perdido o emprego. Na Europa, os números também são alarmantes. A mineradora Vale do Rio Doce anunciou, no início de dezembro, o corte de 1.300 postos de trabalho, boa parte no Brasil, e concedeu férias coletivas para cinco mil funcionários.

Estes exemplos não são isolados. Na esteira da diminuição do consumo, grandes empresas, como a GM, Ford, Fiat, Scania e outros, já concederam férias coletivas. A compra do Unibanco pelo Itaú, que sinaliza uma maior concentração de capital, também é produto da crise e prenuncia novas demissões.

“Ainda como resultado da queda do consumo, é provável que caia a arrecadação do ICMS e, com isso, a tendência é que as universidades sejam pressionadas a se voltarem cada vez mais para o mercado, na busca de recursos privados”, alertou o professor Edmundo.



### Quem deve pagar pela crise?

Lembrando que a responsabilidade pelo caos econômico atual é dos banqueiros, grandes empresários, latifundiários e dos governos que os representam, o docente da Unicamp foi categórico: “Quem fez a crise deve pagar por ela”. Ele ressaltou, no entanto, que a fórmula empregada pelos capitalistas para driblar a crise não é essa. “Estamos diante da ameaça concreta de mais desemprego, redução do valor real dos salários e aposentadorias, destruição dos serviços públicos, corte de direitos sociais e trabalhistas etc”, relacionou.

Para o palestrante, a saída é o velho caminho da organização dos trabalhadores. “Não só da minha própria categoria, mas em unidade coletiva com outras categorias de trabalhadores e movimentos sociais, para lutar por um programa de reivindicações que solucione a crise a partir dos interesses da maioria”, prosseguiu, citando como exemplo:

- Nenhuma ajuda para os banqueiros e especuladores;
- Estatização do sistema financeiro sob controle dos trabalhadores;
- Não pagamento das dívidas externa e interna;
- Estabilidade no emprego: ocupação de fábricas e empresas que fecharem ou demitirem em massa;
- Redução da jornada de trabalho, sem redução de salários e de direitos;
- Aumento geral do valor dos salários e aposentadorias: reajuste automático conforme variação inflacionária;
- Salário mínimo real (R\$ 2.014,00, de acordo com cálculos do Dieese);
- Nenhum corte de verbas para as áreas sociais.

## A estrutura sindical em debate

# “Só se supera o medo individual através da coragem coletiva”

As formas de luta dos trabalhadores e o desenvolvimento do movimento sindical são produto da história de cada nação.

Com essa afirmação inicial, o professor Valério Arcary, um dos palestrantes durante o VIII Congresso dos Trabalhadores da Unesp, iniciou sua palestra sobre estrutura sindical no Brasil. Bastante aplaudido pelos delegados presentes, ele desvendou as raízes do movimento sindical no país, seus limites e perspectivas.

Docente do CEFET/SP, Arcary destacou que as liberdades sindicais são recentes no país, uma realidade dos anos 80 em diante. “O período atual é uma excepcionalidade”, afirmou o palestrante, enfatizando que uma das maiores conquistas dos trabalhadores na atualidade é a existência dos sindicatos e o fato de haver alguma liberdade no local de trabalho.

### Na ditadura

Em 1964, quando estourou o golpe militar, a organização sindical no país era grande. Não havia centrais sindicais, mas os sindicatos eram fortes. Com o início da ditadura, as entidades sofreram intervenção. Ficou célebre, por exemplo, o caso do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que recebeu Joaquim dos Santos Andrade como interventor. Joaquinão, como era conhecido, sequer era metalúrgico e ficou à frente da entidade por mais de 20 anos.

Em 1983, na esteira das grandes greves metalúrgicas do ABC paulista, que conduziram ao fim da ditadura, surgiu a Central Única dos Trabalhadores. Ressurgia o movimento sindical no país nos moldes anteriores a 1964. Nos anos seguintes, os “pelegos”, como eram chamados os dirigentes traidores, foram varridos das entidades implacavelmente. “A fundação da CUT significou restabelecer o fio da história”, enfatizou Arcary.

### A burocratização da CUT

Após cerca de 10 anos, período em que dirigiu grandes mobilizações no país, a CUT ingressou num processo de burocratização, que culminou com a negociação e a aceitação da primeira reforma da Previdência, em meados dos anos 90, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

“Isso não foi um raio em céu azul”, ponderou Arcary. Para ele, a política conciliadora que hoje vemos na CUT já estava presente no momento de sua criação. No entanto, a conjuntura política da época, com o movimento operário em ascensão, conferiu um caráter classista e combativo à central sindical que nascia. Também é preciso levar em conta a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo e suas



Arcary: “Sindicatos devem ser escolas de informação, formação e ação”

crises, que influenciam o movimento sindical. “O resultado de tudo isso é que, no final dos anos 90 e começo de 2000, a CUT transformou-se exatamente naquilo que combatia”, reforçou o palestrante.

### O movimento sindical de hoje

Arcary destacou que o papel das direções sindicais combativas, atualmente, é estimular o debate para além das questões imediatas. Ele reconhece que ainda predominam os sindicatos de tipo economicista, ou “amarelos”, que são aqueles atrelados aos patrões e ao governo e que se apóiam nas tendências mais atrasadas de suas categorias. Mas fez questão de destacar que o medo e o atraso político não são “naturais” nos trabalhadores, mas sim o resultado das pressões externas e da conjuntura política.

“Se o momento é de refluxo, a confiança dos trabalhadores cai, pois não somos imunes ao ambiente que nos cerca. Além disso, as correntes de opinião majoritárias são devastadoras”, frisou. Some-se a isso a televisão, que é um poderoso instrumento de formação de opinião, que incute na cabeça das pessoas, a todo momento, valores como o individualismo e o oportunismo.

Arcary é otimista. “Há momentos em que a história abre janelas de oportunidades. Se hoje temos liberdade sindical, em muito devemos às greves de 1978 e 1979 e à mobilização que deu origem à CUT, em 83, e é preciso que aproveitemos isso”, disse. “O papel do sindicato é fundamental: através das pequenas e grandes ações, a entidade deve ir mostrando aos trabalhadores que só se supera o medo individual quando se constrói a coragem coletiva. Nesse sentido, os sindicatos devem ser verdadeiras escolas de informação, formação e ação.”